

Plano de Gestão Florestal

Herdade das Sesmarias

Concelho de Portel

Duração do PGF: 20 Anos

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.

Este plano é composto:

- Documento de Avaliação
- Modelo de Exploração
- Anexo

A veracidade da informação incluída no Documento de Avaliação é assegurada por um Termo de Responsabilidade, em anexo a este Plano de Gestão Florestal e que dele faz parte integrante.

Índice

A – Documento de Avaliação	5
1 – Enquadramento Social e Territorial	6
1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão.....	6
1.1.1 – Proprietário.....	6
1.1.2 – Entidade responsável pela gestão.....	6
1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF.....	6
1.2 – Caracterização geográfica.....	7
1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal.....	7
1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal.....	7
2 – Caracterização Biofísica da Propriedade.....	7
2.1 – Relevo e Altimetria.....	7
2.2 – Clima.....	8
2.3 – Solos.....	8
2.4 – Fauna, Flora e habitats.....	8
2.4.1 – Espécies cinegéticas.....	8
2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas.....	9
2.4.3 – Séries de vegetação.....	9
2.5 – Pragas, doenças e infestantes.....	10
2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais.....	10
3 – Regimes legais específicos.....	11
3.1 – Restrições de utilidade pública.....	11
3.2 – Instrumentos de planeamento florestal.....	11
3.3 – Instrumentos de gestão territorial.....	13
3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão.....	14
3.4.1 – Regime cinegético.....	14
3.4.2 – Contratos de arrendamento.....	15
3.4.3 – Outros contratos de arrendamento.....	15
4 – Caracterização dos recursos.....	15
4.1 – Infraestruturas florestais.....	15
4.1.1 – Rede viária florestal (Anexo 6).....	15
4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão.....	16
4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).....	16
4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética.....	16
4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade.....	17
4.2.1 – Função Produção.....	17
4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça.....	18

4.2.3 – Função Proteção	20
4.3 – Evolução histórica da gestão	20
B – Modelo de Exploração	21
1 – Adequação ao PROF	22
1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF.....	22
1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF.....	22
1.3 – Objetivos para a Exploração.....	23
2 – Caracterização e Objetivos da exploração.....	24
2.1 – Caracterização dos Recursos	24
2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas	24
2.3 – Componente Florestal.....	25
2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos.....	25
2.3.2 – Caracterização de Povoamentos	25
2.4 – Componente Silvopastoril	26
2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola.....	26
3 – Organização da gestão e zonamento funcional.....	26
4– Programas Operacionais	27
4.1 – Programa de gestão suberícola	27
4.2 – Programa de gestão da produção de fruto	27
4.3 – Programa de apoio à gestão cinegética.....	27
4.4 – Programa de Infraestruturas.....	29
4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	29
C – Calendário de Operações	30
Parcela 1	31
Parcela 2	32
Parcela 3	33
Parcela 4	33
Parcela 5	34
D – Anexos	35

Índice de Quadros

Tabela 1 – Identificação matricial	7
Tabela 2 – Perigosidade de incêndio florestal	10
Tabela 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3).....	11
Tabela 4 - Projetos antigos	15
Tabela 5 - Contribuição do PGF para as metas da SRH.....	23
Tabela 6 – Ocupação do solo.....	24
Tabela 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função	25
Tabela 8 – Caracterização dos espaços florestais	25
Tabela 9 – Função da parcela florestal	26
Tabela 10 – Programa de gestão suberícola	27
Tabela 11 – Programa de gestão de produção de fruto.....	27

D – Anexos

Anexo 1 – Termo de responsabilidade
Anexo 2 – Planta de Localização
Anexo 3 – Planta de Condicionantes
Anexo 4 – Planta de Ocupação do Solo
Anexo 5 – Planta de Ordenamento
Anexo 6 – Planta de Infraestruturas
Anexo 7 – Planta de Enquadramento PROF
Anexo 8 – Descrição de Operações Passíveis de Execução
Anexo 9 – Planta de Infraestruturas de DFCI
Anexo 10 – Planta de Historial de Incêndios
Anexo 11 – Planta de Perigosidade de Incêndio Florestal
Anexo 12 – Planta de Ações a Executar (1º quinquénio)

A – Documento de Avaliação

1 – Enquadramento Social e Territorial

1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão

1.1.1 – Proprietário

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: pedro.palmeirinha@apamorim.com/nuno.nunes@apamorim.com

1.1.2 – Entidade responsável pela gestão

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: pedro.palmeirinha@apamorim.com/nuno.nunes@apamorim.com

1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF

João Pedro Barata Graça
Floponor, S.A.
Rio de Mel;
6420 – 552 Trancoso;
Contactos: 271 813 324/ 961 567 971
Email: joao.graca@floponor.pt/geral@floponor.pt

1.2 – Caracterização geográfica

1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal

A exploração florestal a que respeita o plano designa-se de Herdade das Sesmarias. Situa-se na União das Freguesias de Amieira e Alqueva, concelho de Portel, distrito de Évora.

Nome do Prédio	N.º de matriz	Área (ha)	Distrito	Concelho	Freguesia
Herdade das Sesmarias	1-A	327,35	Évora	Portel	União das Freguesias de Amieira e Alqueva

Tabela 1 – Identificação matricial

A área que consta da matriz é 327,35 Ha, no entanto, a área real é de 315,65 Ha. Essa área contempla a área incluída na albufeira do Alqueva. No entanto, a área efetiva de intervenção apresenta somente, 293,87 Ha, com o diferencial da área incluída na albufeira do Alqueva.

1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal

A Herdade das Sesmarias encontra-se enquadrada administrativamente na União das Freguesias de Amieira e Alqueva, concelho de Portel.

A nível espacial, enquadra-se entre as seguintes coordenadas limítrofes da folha da carta militares nº 481:

- Coordenada Limítrofe Norte: -142457,589638 m
- Coordenada Limítrofe Sul: -144950,277875 m
- Coordenada Limítrofe Este: 45922,610330 m
- Coordenada Limítrofe Oeste: 43805,610892 m

O acesso à propriedade é feito através da Herdade do Peral. Assim, deve ser tomada a direção ao Monte do Peral, sito nas coordenadas 38°22'23.33"N/ 7°39'30.13"W.

O anexo 2 “Planta de localização” auxilia na orientação à propriedade e na deslocação pela mesma.

2 – Caracterização Biofísica da Propriedade

2.1 – Relevo e Altimetria

O relevo da propriedade é moderadamente quebrado, variando entre áreas aplanadas e outras ligeiramente acidentadas, cuja altitude máxima da herdade alcança os 231 m e a cota mais baixa encontra-se ao 143 m.

Este acidente geográfico proporciona a existência de declives acentuados a moderados. Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição predominante.

2.2 – Clima

Segundo a classificação de Köppen esta região caracteriza-se por ter um clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco. Por outro lado, e de acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco, com índice hídrico entre 0 e -20.

No que se refere à precipitação e de acordo com os registos mensais dos postos higrométricos da região verifica-se uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano, ocorrendo uma concentração de chuva entre o mês de outubro e março. Abril a junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A temperatura média anual ronda os 16 °C em todas as estações meteorológicas da região em análise.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às atividades agrícolas e florestais.

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de julho e agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de novembro a março.

Segundo o Atlas do Ambiente, a propriedade, apresenta uma temperatura média anual que varia entre os 16,0 - 17,5 °C, a precipitação média anual oscila entre 600-700 mm ocorrendo 50-75 dias de precipitação anualmente. A humidade relativa do ar varia entre 75-80 %.

2.3 – Solos

Os solos de toda a região são fundamentalmente Luvisolos férricos.

Quanto ao pH, estes caracterizam-se por serem solos predominantemente ácidos (5,6 - 6,5).

2.4 – Fauna, Flora e habitats

2.4.1 – Espécies cinegéticas

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Saca-rabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*; Faisão – *Phasianus colchicus*

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vaneitus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos*; Tordeia – *Turdus visei vorus*;

Caça maior

Javali - *Sus scrofa*; Gamo (*Dama dama*)

2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas

A principal composição florística consiste em:

Estrato Arbóreo:

Sobreiro (*Quercus suber*); Pinheiro manso (*Pinus pinea*); Azinheira (*Quercus ilex*)

Estrato Arbustivo:

Esteva (*Cistus ladanifer*)

2.4.3 – Séries de vegetação

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Mediterrânica/ Sub-região Mediterrânica-Occidental/ Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica/ Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo- Alentejano. O esteval-urzal *Erico australis-Cistetum populifolii*, o urzal freatófito *Cisto psilosepali-Ericetum lusitanicae*, e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi* são associações que se distribuem por todo o Subsector. É um território plano com um ombroclima sub-húmido a seco e situa-se maioritariamente no andar termomediterrânico podendo atingir, em alguns locais, o andar mesomediterrânico. Caracterizam esta unidade os montados que resultam do *Pyro bourgaeanae- Quercetum rotundifoliae* e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*. Contudo, em alguns locais reconhecem-se o azinhal termófilo *Myrto-Quercetum rotundifoliae*, os matagais espinhosos

Asparago albi-Rhamnetum oleoidis e zambujal-lentiscal Oleo-Pistacietum lentisci sensu auct., o esteval Phlomidio purpureo-Cistetum albidi e o escoval Genístetum polyanthi. Os montados de sobro (Myrto-Quercetum suberis e Sanguisorbo-Quercetum subcris) ocorrem esporadicamente em algumas situações climaticamente mais favoráveis. Os prados (malhadas) do Poo bulbosae-Trifolietum subterranei e do Poo bulbosae-Astragaletum sesamei também ocorrem esporadicamente.

2.5 – Pragas, doenças e infestantes

Após visita de diagnóstico da condição sanitária à propriedade em apreço constatou-se a fragilidade que caracteriza estes povoamentos florestais. De entre os agentes bióticos identificados destacam-se no âmbito das pragas o plátipo (*Platypus cylindrus*), a limantria (*Portetria dispar*), a cobrilha da cortiça (*Coroebus undatus*) e a cobrilha dos ramos (*Coroebus florentinus*). No grupo das doenças assumem maior relevância o carvão do entrecasco (*Hypoxylon mediterraneum*) e a fitoftora (*Phytophthora* sp).

2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais

Os incêndios florestais não têm sido fenómeno recorrente nos últimos tempos. Segundo a cartografia nacional de áreas ardidas dos anos 1990 a 2019, disponibilizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), durante este período não foram registadas as ocorrências na propriedade. (Anexo 10)

De acordo com a Perigosidade de Incêndio Florestal (Anexo 11), a área do PGF apresenta a seguinte perigosidade de incêndio:

Perigosidade de Incêndio		
Classe	Área (ha)	%
Muito Baixa	9,93	3,14
Baixa	27,02	8,53
Média	60,46	19,09
Alta	110,82	35,00
Muito Alta	108,44	34,24

Tabela 2 – Perigosidade de incêndio florestal

Assim, pelos valores acima registados, podemos verificar que 69.24 % da área da propriedade apresenta perigosidade de incêndio “Alta” a “Muito Alta”.

Relativamente a outros riscos naturais, não se verifica qualquer indício que conduza a ocorrências desse tipo.

3 – Regimes legais específicos

3.1 – Restrições de utilidade pública

Condicionantes	Sim	Não	Superfície (ha e %)	Descrição das condicionantes
REN	X		315,66 ha (100,00%)	Os condicionalismos da REN presentes em 100,00 % da área submetida ao Plano de Gestão Florestal. Desta forma, os gestores da área em causa terão o cuidado de: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
Marco Geodésico	X			Presença de um marco geodésico à cota 217.
Corredor Ecológico	X		127,03 ha 40,24 %	Corredor Ecológico (CE) - Da atuação preconizada para as áreas sobre as quais incide o CE deverão sempre ser tidas em conta as suas condicionantes, desde que salvaguardada a questão regional da DFCl, questão que assume carácter prioritário (nº4 do Artº 10 do Dec. Reg. 36/2007 de 2 de Abril).
Albufeira do Alqueva	X		22,35 ha 7,08 %	A propriedade é delimitada a Norte e Sueste pela Albufeira do Alqueva. Todas as intervenções que interfiram com esta infraestrutura, cumpriram as condicionantes e restrições definidas pela entidade gestora.

Tabela 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3)

3.2 – Instrumentos de planeamento florestal

A exploração engloba-se geograficamente no PROF do Alentejo, sub-região homogénea “Alqueva e envolventes” (Anexo 7).

De acordo as diretrizes presentes no PROF do Alentejo, pretende-se com a elaboração deste PGF tirar partido de alguns dos pontos fortes estabelecidos para esta região, nomeadamente:

- Elevado potencial para expansão da atividade cinegética;
- Existência da atividade silvopastoril;
- Presença de áreas com potencialidades para a produção de produtos não lenhosos;

Encontrando-se a área de estudo parcialmente em corredor ecológico e na quase totalidade em Área Florestal Sensível dever-se-á seguir as normas aplicáveis ao planeamento florestal.

Relativamente aos corredores ecológicos, têm como objetivo favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade. Os corredores ecológicos coincidentes com as linhas de água, são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola. Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas deverão ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização:

1) Linhas de água torrenciais ou temporárias

- a) Áreas que distam m até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:
 - i) Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
 - ii) As ações de (re) arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;
 - iii) Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.
- b) Áreas que distam mais de 5m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:
 - i) Assume o estipulado para a SRH respetiva.

2) Linhas de água permanentes

- a) Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:
 - i) Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
 - ii) • As ações de (re) arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones;
 - iii) • Não realizar mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.
- b) Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
 - i) • Assume o estipulado para a SRH respetiva;
 - ii) • Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a intervencionar.
- c) Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
 - i) Assume o estipulado para a SRH respetiva;
 - ii) Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000.

3) Todos os corredores ecológicos:

- a) Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25 ha.

No âmbito do PROF, consideram-se “Áreas Florestais Sensíveis”, em termos de:

- Perigosidade de Incêndio Florestal;
- Suscetibilidade a Pragas e Doenças;
- Risco de Erosão;
- Importância Ecológica;
- Importância Social e Cultural.

Nas Áreas Florestais Sensíveis (ZSCE1) os objetivos da gestão e intervenções florestais são os seguintes:

- Proteção contra a erosão (ZSCE 11);
- Importância Ecológica (ZSCE 12);
- Importância social e cultural (ZSCE 13);
- Perigosidade de incêndio florestal (ZSCE 14);
- Suscetibilidade a pragas e doenças (ZSCE 15).

Para ir de encontro a estes objetivos, seguir-se-ão as diretrizes constantes no Capítulo E – Documento Estratégico do Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo para cada um deles.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Conta Incêndios de Portel, é outros dos instrumentos que serviu de apoio no planeamento florestal deste PGF.

A propriedade é também aderente da Zona de Intervenção Florestal de Álamos (ZIF n.º 231, processo n.º 428/19-ICNF), constituída recentemente. Todavia a ZIF não possui PGF aprovado.

3.3 – Instrumentos de gestão territorial

Ao nível da gestão territorial a área insere-se no Plano Diretor Municipal de Portel, no qual são definidas as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território.

A totalidade da área do PGF encontra-se, na sua totalidade em Reserva Ecológica Nacional e também é delimitada a norte e sudeste pela Albufeira do Alqueva. As condicionantes podem ser consultadas no Anexo 3.

Relativamente ao Ordenamento, toda a área está classificada como Área de Silvopastorícia, no entanto, e tendo em conta o POAAP, há algumas zonas classificadas como, Áreas agrícolas e florestais, Áreas de Conservação Ecológica e Áreas de Valorização Ambiental e Paisagística, conforme o Anexo 5.

3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão

3.4.1 – Regime cinegético

A Herdade do Rebolar encontra-se atualmente integrada na Zona de Caça Turística da Herdade do Peral e Outras (Processo n.º 47 – ICNF).

No âmbito geral a entidade gestora tem efetuado repovoamentos com perdizes para além de ações de manutenção das condições para um normal desenvolvimento das restantes espécies objeto de ordenamento, nomeadamente a lebre, o coelho, as raposas, os saca-rabos, os patos, as galinhas de água, a tarambola-dourada, a galinhola, as rolas, a codorniz, os pombos os tordos, as narcejas, o javali, o veado e o gamo. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de ações neste plano.

Assim sendo, todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas discontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivos, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobre e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

Em resumo poderemos identificar uma série de ações a realizar, tendo como objetivo a gestão da zona de caça turística, numa perspetiva de sustentabilidade. Tais intervenções, que identificamos como ações de apoio á gestão na ZCT, serão as seguintes:

- Poda de formação e podas de rejuvenescimento para incrementar a produção de glande e bolota;
- Censos da fauna;
- Ações de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de culturas em mancha ou faixa de cereal consociadas com leguminosas;

- Como complemento das searas poderão ser efetuadas culturas para caça em pequenas manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

3.4.2 – Contratos de arrendamento

No que respeita a contratos de arrendamento, a Herdade do Rebolar não está associada a qualquer tipo de contrato.

3.4.3 – Outros contratos de arrendamento

Programa de Apoio	Medida	Ano
RURIS		1994
PEDIZA	Medida 2.3 – Desenvolvimento Florestal	1998
AGRO	Medida 3 – Florestas/ Ação 3 – Gestão das Florestas	2006
PRODER	Medida 1.3.1 - Melhoria Produtiva dos Povoamentos	2009

Tabela 4 - Projetos antigos

4 – Caracterização dos recursos

4.1 – Infraestruturas florestais

4.1.1 – Rede viária florestal (Anexo 6)

A rede viária florestal da Herdade das Sesmarias é composta por caminhos florestais, aceiros e um pequeno troço de rede viária asfaltada. Estas infraestruturas dão passagem a praticamente todo o tipo de veículos e possibilitam a compartimentação florestal, distribuída uniformemente por toda a Unidade de Gestão.

As infraestruturas viárias existentes são constituídas apenas por rede viária florestal, com uma extensão total de 33,16 km, que representa uma densidade de 0,11 Km/ha.

A rede viária florestal encontra-se em bom estado de conservação e transitabilidade.

Sempre que necessários estes caminhos são intervencionados para melhorar a circulação das viaturas pelo local.

4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Na herdade, existem dois armazéns de suporte à gestão florestal da propriedade.

4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

Faixas de Gestão de Combustíveis (Anexo 9)

Rede primária

Segundo o PMDFCI do Município de Portel, não existem troços de rede primária de faixa de gestão de combustíveis definidos.

Rede secundária

Segundo o PMDFCI do Município de Portel, não existem troços de rede secundária de faixa de gestão de combustíveis definidos.

Rede Terciária

Por forma a criar zonas de isolamento de eventuais incêndios rurais, foram estabelecidas faixas de gestão de combustível, associadas à rede viária florestal. As faixas têm uma largura de aproximadamente 5 m para cada lado.

Mosaicos de gestão de combustível (MGC)

Segundo o PMDFCI do Município de Portel, para a herdade não estão definidas áreas de MGC.

Pontos de água

Na exploração existem 5 ponto de água (charca), que podem apoiar em eventuais ações de combate a incêndios rurais.

Rede de vigilância e deteção de incêndios

A entidade gestora da herdade, durante o período críticos de incêndios, dispõe de equipas próprias de vigilância e deteção de incêndios, a operar em modo contínuo.

4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

A unidade de gestão em causa encontra-se inserida numa Zona de Caça Turística (Nº 47), existindo distribuídos pela área alguns comedouros que servem essencialmente para a alimentação dos núcleos de perdiz que aí habitam. Recentemente, no âmbito de candidatura de

apoio PDR2020, foram instaladas parcelas de sementeira para fonte de alimento e criadas clareiras.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreo e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobre e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade

Para a Unidade de Gestão da Herdade do Rebolar, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro ou mistos de sobreiro, foi definida como 1.ª Função a Produção de Cortiça. Da mesma forma, pela importância económica da atividade cinegética e, com menor expressão, da atividade silvopastoril, foi definida como 2.ª Função a Silvopastorícia e Caça. Como 3.ª Função dominante para este espaço foi definida a Proteção.

4.2.1 – Função Produção

Sub-função	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Produção de cortiça	Condução de montado e sobreiral

Visto esta ser a primeira função definida para esta unidade de gestão e se tratar de uma área de montado a principal sub-função é a Produção de Cortiça. Assim foram estabelecidos como objetivos da gestão e intervenções florestais principais a condução do montado e a manutenção da sanidade vegetal.

Condução do montado

- O planeamento da produção de cortiça deve respeitar a legislação em vigor de proteção ao sobreiro;
- A regeneração natural deve ser a forma privilegiada de recuperação dos povoamentos;
- Nas áreas de declives superiores a 10%, deve manter-se parte da vegetação. Para controlo desta vegetação, privilegiar o uso de meios que não envolvam a mobilização

do solo. As ações de preparação do terreno não devem causar danos nos sistemas radiculares dos sobreiros existentes, devendo ser preservada a zona correspondente a duas vezes a projeção das copas das árvores e num raio nunca inferior a 4 metros, não efetuando aí mobilizações de solo;

- O descortiçamento deve ser sempre executado por operadores experientes, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça. A operação pode ser delineada de acordo com funções distintas:
 - poda de formação, para conduzir as árvores novas a uma forma conveniente para a extração de cortiça;
 - podas de formação e de manutenção, para garantir o equilíbrio de forma de árvores adultas, eliminando ramos mortos, doentes, quebrados, ou mal orientados (manutenção da copa), de forma a desafogar a copa, favorecer a frutificação e a facilitar a obtenção de pranchas de cortiça (conformação), em qualquer caso limitada à eliminação de até 25% do volume da copa;
- Na operação de desbaste, optar pelas árvores mais mal conformadas, as que produzam cortiça de pior qualidade e as que se encontrem debilitadas pelo ataque de fatores bióticos ou abióticos;
- Nos povoamentos de sobreiro só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural. Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça

As pastagens apresentam um papel importante na produção pecuária e na recuperação da fertilidade dos solos.

A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são

medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público.

Sub-função	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Suporte à silvopastorícia	Condução do pastoreio
Suporte à caça	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção

Condução do pastoreio

- O ordenamento das pastagens naturais deve ter em consideração um encabeçamento ajustado á área a pastorear;
- O pastoreio deve ser conduzido com vista ao combate de infestantes e garantir a elevada produção de semente das espécies instaladas. No primeiro ano o pastoreio deve ser moderado no período que precede a floração das leguminosas, desbastando razoavelmente a massa vegetativa, para facilitar a floração e a produção de semente. Iniciada a floração, suspende-se o pastoreio para que o desenvolvimento das plantas e a produção de semente ocorram sem restrições. Quando o pasto estiver seco, a pastagem deve começar a ser utilizada normalmente e com encabeçamento adequado que permita a remoção da maior parte da erva até ao começo das chuvas.
- O gado deve ter sombras e bebedouros alternativos sempre que possível;
- O tempo de pastoreio nas áreas florestais deve, também, ser regulado, de modo a não deixar degradar as pastagens naturais existentes e a não causar danos nas espécies florestais;
- Os encabeçamentos demasiado baixos ou demasiado elevados são de evitar, devido às consequências negativas sobre a qualidade e a produtividade da pastagem;

Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção

- Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo;

- Em zonas extensas de mato denso, deve-se efetuar o controlo da vegetação de modo a favorecer uma estrutura em mosaico de manchas de mato e manchas de vegetação herbácea.

4.2.3 – Função Proteção

Sub-funções	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Proteção da rede hidrográfica	Recuperação de galerias ripícolas

Recuperação de galerias ripícolas

- Proceder ao controlo ativo das espécies invasoras lenhosas nas galerias ribeirinhas, por eliminação dos respetivos exemplares com recurso a meios e técnicas adequados, que minimizem os seus efeitos nos ecossistemas adjacentes;
- Na recuperação de galerias ripícolas devem ser utilizadas espécies autóctones ou naturalizadas;
- Privilegiar a propagação vegetativa por estacas das espécies existentes no local;
- Minimizar a área de solo mobilizado;

4.3 – Evolução histórica da gestão

O projeto (AGRO 06) consistiu na beneficiação do povoamento, nomeadamente no controlo dos matos, adensamento de clareiras, podas de formação, adubação, tremocilha e calcário. Ao nível das infraestruturas, efetuou-se a beneficiação dos caminhos e aceiros existentes.

O projeto PEDIZA, teve por finalidade a instalação de povoamento de sobreiro.

O projeto RURIS, visou a instalação de povoamento de pinheiro manso.

Durante o período de vigência do quadro comunitário PRODER, foram executados dois projetos de investimento, um pela medida 1.3.1, que consistiu na execução de ações de beneficiação do montado e outro pela medida 2.3.2, que teve por objetivo a instalação de povoamento de sobreiro.

B – Modelo de Exploração

1 – Adequação ao PROF

PROF – Alentejo (Portaria n.º 54/2019 de fevereiro)

Sub-Região Homogénea

- Alqueva e envolventes

1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF

De acordo com o enunciado no artigo 10º das Disposições Gerais – Capítulo II, da Portaria n.º54/2019 de 11 de fevereiro, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o PGF da Herdade do Rebolar, através das ações preconizadas, visa contribuir para os objetivos gerais do PROF, do seguinte modo:

- Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial;
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema;
- Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;
- Promover a melhoria da gestão florestal;
- Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável;

1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF

Nesta sub-região os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objetivos específicos:

- Aumentar a produtividade por unidade de área;
- Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.

- Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo;
- Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas.

Contribuição para as metas da SRH	Vigência do PGF	
	Início	Final
% de espaços florestais	93,34	95,51
% de arborização	93,34	95,51
% composição florestal		
Sobreiro	69,316	69,32
Pinheiro manso	18,362	18,36
Azinheira	0,677	0,68
Outras espécies	4,986	4,99

Tabela 5 - Contribuição do PGF para as metas da SRH

1.3 – Objetivos para a Exploração

É intenção aumentar a % de arborização durante a vigência do PGF. Este aumento poderá decorrer de novas plantações (sempre com as espécies a privilegiar de acordo com o PROF para esta Sub-Região Homogénea). Também é objetivo o combate ao declínio do montado e aproveitamento da regeneração natural, bem como a proceder-se à realização de adensamentos em parcelas onde a densidade seja muito baixa. Para o efeito, uma das opções passará por recorrer a programas de apoio ao investimento e a submissão do respetivo RJAAR.

2 – Caracterização e Objetivos da exploração

2.1 – Caracterização dos Recursos

2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas

Na área proposta a PGF, e uma vez que a ocupação do solo é pouco diversificada, considerou-se como talhão o limite da área do PGF. Por sua vez, este foi ainda dividido em parcelas, tendo por base a ocupação do solo e as características silvícolas (Anexo 4 e 5):

Ocupação do Solo	Parcelas	Área	
		ha	%
Floresta	1-4	274,297	93,34
Área social		1,126	0,38
Inculto	5	2,173	0,74
Improdutivo		3,260	1,11
Planos de água		3,027	1,03
Infraestruturas viárias		9,986	3,40
Total		293,869	100,00

Tabela 6 – Ocupação do solo

2.3 – Componente Florestal

2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos

Talhão	Parcela	Tipo de povoamento	Descrição das espécies	Área (ha)	Função desempenhada / Objetivos
1	1	Puro	Pinheiro manso	53,959	Produção de lenho e fruto
	2	Puro	Sobreiro	203,697	Produção de cortiça
	3	Misto	Freixo/Salgueiro/Choupo	14,651	Proteção
	4	Puro	Azinhreira	1,99	Proteção
	5		Inculto	2,173	Proteção

Tabela 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos

Parcela	Área (ha)	Espécie	Composição	Regime e Estrutura	Modo de Tratamento	Idade	% de coberto	Densidade	Altura dominante(m)	DAP médio (cm)
1	53,959	Pinheiro manso	Puro	Alto fuste regular	Pau batido	26	90	625	0-10	10-20
2	203,697	Sobreiro	Puro	Alto fuste regular	Pau batido	22	60	180	0-10	0-10
3	14,651	Freixo/Salgueiro/Choupo	Misto	Alto fuste irregular		várias	80	250	40-10	10-20
4	1,99	Azinhreira	Puro	Alto fuste regular		60	70	80	0-10	0-10
5	2,173	Inculto								

Tabela 8 – Caracterização dos espaços florestais

Para a parcela 2, pela baixa densidade, prevê-se ações de arborização/ adensamento, com sobreiro e pinheiro manso, numa proporção de 75%/25%, respetivamente.

2.4 – Componente Silvopastoril

Na propriedade, atualmente não há prática da atividade silvo pastoril.

2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola

Visto que a área do plano estar inserida numa ZCT, as intervenções relacionadas com a atividade cinegética são da responsabilidade da entidade gestora da mesma.

Contudo, sendo importante para o fomento cinegético e tendo em conta o Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética, ao nível das culturas para a fauna propõe-se que sejam semeadas pequenas parcelas com aveia, tremocilha, trigo, gramicha, triticale, trigo sarraceno e centeio, ou uma cultura praganosa consociada com uma leguminosa (p. ex. ervilhaca) em culturas de Outono-Inverno e implementar ainda parcelas com feijão-frade, grão-de-bico, girassol, sorgo e milho, como culturas de Primavera-Verão. Complementarmente, poderão ser instaladas pastagens permanentes, com destaque para os prados biodiversos, dada a excelência destes, quer em termos de coberto, quer em termos alimentares, para a generalidade das espécies cinegéticas.

Apesar de não ser explorada a atividade apícola, na herdade podemos encontrar alguma flora melífera como a esteva (*Cistus ladanifer*) e o sargaço (*Cistus salvifolius*).

3 – Organização da gestão e zonamento funcional

Parcela	Área (ha)	Sub-função/ Objectivos	Tipo de povoamento	Função desempenhada / Objectivos
1	53,959	Produção de lenho e fruto	Puro	PM1 – Povoamento puro de Pinheiro manso, para produção de lenho e fruto
2	203,697	Produção de cortiça	Puro	SB1 – Povoamento puro de Sobreiro em sobreiral, para produção de cortiça
3	14,651	Proteção	Misto	RI – Povoamento misto de Ripícolas, para proteção
4	1,990	Proteção	Puro	AZ1 - Povoamento puro de Azinheira, para produção de fruto e/ou lenho, em alto fuste.

Tabela 9 – Função da parcela florestal

4– Programas Operacionais

4.1 – Programa de gestão suberícola

Parcela	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
2	203,69 7	2024	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
		2033	Extração	Extração em pau batido	Cortiça Secundeira

Tabela 10 – Programa de gestão suberícola

4.2 – Programa de gestão da produção de fruto

Parcela	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações
1	53,959	Anualmente	Colheita	Recolha da produção anual de pinhas.

Tabela 11 – Programa de gestão de produção de fruto

4.3 – Programa de apoio à gestão cinegética

Parcelas	Área (ha)	Descrição das Operações	Observações
1 a 5	276,47	As intervenções de âmbito cinegético são da responsabilidade da Entidade Gestora da Zona de Caça.	

Tabela 12 – Programa de gestão cinegética

- **Medidas de fomento da fauna e de articulação com as Zonas de Caça e Mitigação de impactes da fauna nos povoamentos**

Como fomento cinegético e tendo em conta o Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética, ao nível das culturas para a fauna propõe-se que sejam semeadas pequenas parcelas com aveia, tremocilha, trigo, gramicha, tritcale, trigo-sarraceno e centeio, ou uma cultura praganosa consociada com uma leguminosa (p. ex. ervilhaca) em culturas de Outono-Inverno e implementar ainda parcelas com feijão-frade, grão-de-bico, girassol, sorgo e milho, como culturas de Primavera-Verão. Complementarmente, poderão ser instaladas pastagens permanentes, com destaque para os prados biodiversos, dada a excelência destes, quer em termos de coberto, quer em termos alimentares, para a generalidade das espécies cinegéticas. Dever-se-á, ainda, privilegiar-se a continuação de um conjunto de ações de gestão do habitat, que ao longo dos anos tem permitido melhorar as características da área para a fixação e incremento das populações cinegéticas, sobretudo ao nível dos habitats de nidificação e alimentação (instalação de culturas para a fauna) e ao nível das disponibilidades de comida e água (por via de suplementação em comedouros e bebedouros).

Além das ações de gestão das populações e dos habitats, deverá procurar-se a compatibilização das práticas agrícolas, pecuárias e florestais com a exploração cinegética, destacando-se o respeito pelos períodos críticos das espécies, mediante:

- Correta aplicação de agroquímicos;
- Coordenação dos diversos trabalhos e operações agrícolas;
- Correta gestão dos efetivos pecuários;

Deverão, ainda, serem acautelados os períodos críticos. Tomando como exemplo o caso da perdiz-vermelha:

- Acasalamento e construção do ninho: Fevereiro e Março;
- Postura e Incubação: Abril e Maio;
- Eclosão e abandono do ninho: Maio e Junho;
- 1º Mês de vida: Junho a Julho;

O javali encontra aqui condições favoráveis à sua proliferação, um pouco à imagem do que ocorre no território nacional, devendo manter-se um controlo rigoroso a esta espécie de modo a evitarem-se estragos quer nas culturas agrícolas e florestais, quer nas espécies de caça menor. De seguida, indicam-se algumas medidas que constituem boas práticas de gestão que permitirão melhorar as condições para a fixação e exploração das populações de caça maior:

- Gestão equilibrada do coberto arbustivo;
- Instalação de culturas destinadas a fornecer coberto e alimentação;
- Distribuição de alimento em cevadouros;
- Instalação de pedras de sal;
- Limpeza das charcas;

Sempre que se verifiquem estragos ou a possibilidade que possam vir a ocorrer, deverá ser feita a avaliação da necessidade de instalação de cercas e/ou protetores por forma a proteger as culturas instaladas ou a instalar.

Tendo em conta os levantamentos efetuados no passado e a experiência de gestão desta zona de caça, prevê-se que haja a necessidade de existir um controlo criterioso das densidades de animais prejudiciais à caça. Este controlo incidirá maioritariamente sobre as populações de raposa e saca-rabos.

Deverá, ainda, ser efetuado o acompanhamento permanente dos níveis de populações cinegéticas por forma a possibilitar a avaliação da necessidade de proceder a ajustes ao nível de gestão.

Caso se justifique, recorrer-se-á a repovoamentos ou reforços cinegéticos, privilegiando sempre que possível, a exploração da caça autóctone e de forma sustentável.

4.4 – Programa de Infraestruturas

Tipo de Intervenção	Ano	Localização (Parcelas)	Observações
Beneficiação de infraestruturas	2023	1 a 4	Beneficiação de rede viária
	2025		
	2029		
	2033		
	2037		

Tabela 13 – Programa de intervenção em infraestruturas

4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Parcelas	Área (ha)	Ano	Operações	Descrição
1; 2	3,81	2023	Controlo de vegetação espontânea	Execução de rede terciária de FGC, com recurso a grade de discos e/ou destroçador.
		2027		
		2030		
		2033		
		2036		
		2039		

Tabela 14 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas

C – Calendário de Operações

Parcela 1

Parcela	Povoamento
1	Pinheiro Manso – Produção lenho e fruto

	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Condução de povoamentos				
Desramação	X			
Desbaste	X	X		X
Controlo de vegetação espontânea	X	X	X	X
Monitorização	Anualmente			
Exploração				
Colheita de pinhas	X	X	X	X
Medidas de defesa				
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X	X	X	X
Instalação e beneficiação de infraestruturas				
Beneficiação de infraestruturas	X	X	X	X

Parcela 2

Parcela	Povoamento
2	Sobreiro – Produção de Cortiça

	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Condução de povoamentos				
Arborização/ Adensamento	X			
Podas de formação			X	
Desbaste				X
Controlo de vegetação espontânea	X	X	X	X
Monitorização	Anualmente			
Exploração				
Extração de cortiça virgem	X			
Extração de cortiça secundária			X	
Medidas de defesa				
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X	X	X	X
Instalação e beneficiação de infraestruturas				
Beneficiação de infraestruturas	X	X	X	X
Outras				
Abate de árvores mortas	Anualmente			

No que respeita à intervenção de “arborização/ adensamento” para esta parcela, preconizada no primeiro quinquénio, pela dimensão da propriedade, esta operação é implementada com base em apoio comunitário em vigor no período em causa, sendo nessa altura, decidida a área a intervir consoante a necessidade. A intervenção cumprirá a legislação em vigor, ou seja, a instalação ocorre após aprovação de pedido de apoio comunitário e respetivo RJAAR.

Parcela 3

Parcela	Povoamento
3	Freixo/ Salgueiro/ Choupo – Proteção

	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Condução de povoamentos				
Controlo de vegetação espontânea	Sempre que justificável, serão realizadas intervenções preconizadas, por forma a melhorar as galerias ripícolas presentes na propriedade. Dado seres espaços procurados pela fauna, para refugio e nidificação, as intervenções serão realizadas fora do período de nidificação.			
Podas				
Desbaste				
Desobstrução				
Monitorização	Anualmente			

Parcela 4

Parcela	Povoamento
4	Azinheira – Proteção

	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Condução de povoamentos				
Podas de manutenção			X	
Controlo de vegetação espontânea	X	X	X	X
Monitorização	Anualmente			
Outras				
Abate de árvores mortas	Anualmente			

Parcela 5

Parcela	Povoamento
5	Inculto

A parcela 5, inculto, está localizada mesmo junto da albufeira do Alqueva. Não se prevê efetuar qualquer intervenção a não ser algum controlo de vegetação se assim se justificar.

D – Anexos